

REPRESENTAÇÕES SOBRE A PRINCESA ISABEL NA IMPRENSA REPUBLICANA. RIO DE JANEIRO, 1887-1888

Andréa Santos da Silva Pessanha*

Este artigo analisa o discurso do jornal republicano *Gazeta Nacional* sobre os agentes sociais envolvidos no processo de abolição da escravatura no Brasil, especialmente a participação dos escravos e da princesa Isabel. Aborda, como um periódico da cidade do Rio de Janeiro, que tinha por subtítulo *Órgão Republicano*, reconstruiu o contexto da abolição para seus leitores. Por realizar paralelamente a campanha abolicionista e a republicana, esta folha constitui um espaço privilegiado para estudo de qual memória sobre o 13 de Maio os partidários da república na Corte pretendiam formar. Desta maneira, realizaremos uma reflexão sobre o conteúdo da *Gazeta Nacional* e explicitaremos como entendemos a utilização dos jornais como fatos ou fontes pelo historiador.

Na imprensa da cidade do Rio de Janeiro, a tensão entre republicanos e monarquistas estava presente. Algumas questões foram a tônica do debate: Quem era o grande responsável pela abolição, atendendo a um desejo da nação brasileira? Quem representava os interesses dos escravistas resistentes à emancipação total? Quais estratégias promoveriam a abolição com ordem social? Indenização ou não aos proprietários? Estes foram alguns pontos que atravessavam discursos de monarquistas e republicanos difundidos nos jornais e abordaremos no decorrer do presente artigo.

Em estudo anterior, constatamos que, apesar de lideranças republicanas atestarem que a república era uma questão política e a abolição era uma questão social, intencionando uma distinção entre os movimentos, na imprensa do Rio de Janeiro, o fervoroso debate entre adeptos das duas formas de governo implicou um posicionamento sobre a transição do trabalho escravo para o livre (PESSANHA, 2006, p. 85-101). A neutralidade frente às demandas sociais não foi possível.

Os jornais constituíram um fórum alternativo para o Parlamento (CARVALHO, 1996, p. 46), eram um suporte de polêmicas nas quais, por exemplo, republicanos históricos como Aristides Lobo e Quintino Bocaiúva, atuantes no Partido, participavam. Assim, na imprensa da Corte nos anos de 1887 e 1888, explícita ou implicitamente, encontramos argumentos distintos sobre a estratégia ideal para o alcance da abolição apresentados por

* Professora Doutora – Curso de Licenciatura em História da UNIABEU – ajwpessanha@uol.com.br

grupos monarquistas e republicanos. Como consequência desta dinâmica jornalística, a questão social e a questão política não eram dissociadas.

O jornal *Cidade do Rio*, propriedade de José do Patrocínio (que em função de polêmicas por causa do 13 de Maio rompeu com lideranças republicanas do Rio de Janeiro¹), em 06 de julho de 1888, portanto, praticamente dois meses após a Lei Áurea, publicava em defesa da família de Bragança:

1º - Confirmar à REDENTORA e a todos que tomaram parte na Abolição, movidos por sentimentos religiosos, que haviam feito obra gratíssima ao representante de JESUS, na terra;

2º - Dar a todos os democratas novas armas em prol da Propaganda da Monarquia Popular e Democrática, iniciada pelo grande amigo da Raça Africana.

Desde muito, está demonstrado pela Socionomia que nada há de mais democrático do que a Religião de JESUS. O próprio Papado é uma Monarquia Popular Democrática, eletiva sobre a base de talentos e virtudes, como muito democraticamente, diz a Constituição Brasileira.

A princesa Isabel teve a qualidade de redentora grafada em letra maiúscula. A intenção era destacar seu papel frente ao processo de abolição. O texto aproveitou o momento para exaltar a monarquia, mostrar o quanto se aproximava dos princípios religiosos e associar o fim do cativeiro ao fortalecimento da luta pelo atual governo, pois oferecia “novas armas”.

Esta preocupação em demonstrar o revigoramento do Império por causa da atitude da princesa integrou os discursos dos defensores da monarquia. Na *Cidade do Rio* em 23 de julho de 1888:

Foi o que aconteceu em 13 de maio de 1888. A Salvadora da Monarquia superpôs-se ao Abolicionismo Democrático; por esse movimento heroico, produziu um tal prodígio de força, que assombrou a nós mesmos, combatentes de nove tristes e dolorosíssimos anos.

São passados quarenta dias e ainda não nos restabelecemos desse divino espamo.

Por seu turno, a *Gazeta Nacional* afirmava, em 07 de março de 1888, a superioridade da república e como seus princípios estavam mais afinados à causa da liberdade:

A crença e o objeto do partido republicano são diametralmente opostos aos fins e aos princípios das seitas monarquistas.

Estão entre si como a afirmação e a negação, como a luz e as trevas (...)

A doutrina republicana é o credo da justiça, o monarquismo o decálogo dos interesses pessoais. A fé republicana tem por seu orage a humanidade, e as fórmulas solenes do seu culto a liberdade, a igualdade e a fraternidade, estas palavras sacrossantas, que a memorável Revolução imortalizou como exprimindo no seu conceituoso laconismo a final emancipação do homem na sociedade (...).

Observamos que os textos acima intencionam construir determinadas imagens sobre a princesa Isabel, sobre a monarquia e sobre a república. Não entendemos seu conteúdo como

expressão da verdade ou como mero processo de dominação ideológica (MARTIN-BARBERO, 2003, p 33). Os artigos, as imagens, os folhetins veiculados não eram um canal imparcial e unilateral de informação ou apresentação dos fatos².

Os jornalistas colaboram na construção da memória, fazendo parte do jogo referente ao que deve ser lembrado e esquecido. No processo de elaboração do texto, encontra-se em questão também o que uma geração pretende que seja eternizado. A escrita possui um caráter de “elemento básico de construção seletiva da memória que engendra, sobretudo, a questão de poder. Percebendo-a como seleção e construção, é necessário ver os agentes ou os senhores dessa operação como detentores de poder” (BARBOSA, 2000, p. 64).

O significado de um texto não é simplesmente relatar o acontecido. Possui a capacidade de reconstruir o fato, criar expectativas e gerar opiniões a partir de uma visão específica. Assim, a imprensa contribui na produção do fato ao influenciar a constituição de uma opinião em torno dele. Apresentar uma narração sobre um acontecimento implica em ocultar ou preterir outras versões contemporâneas, significa atuar na esfera da construção da memória coletiva.

Reconstruir/divulgar um fato é, portanto, um exercício de poder. É um privilégio de atuar para formação da própria identidade, da trajetória e das percepções de um grupo. A imprensa, por excelência, trabalha com um campo que é o foco de atenção das elites das diversas sociedades, conforme destaca Le Goff: “(...) Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (2003, p.422).

No estudo das narrativas presentes nos jornais, o conteúdo da mensagem, ou seja, o dito, é tão importante quanto o modo de escrever e o que poderia também ter sido escrito em tal realidade sócio-histórica. Esta postura de investigação busca o entendimento da “sobrecarga” de significados dos textos, dos silêncios significativos neles contidos (SCHWARCZ, 1987, p. 16-17).

Um discurso corresponde a uma fala (localizada no tempo e no espaço) para um ouvinte potencial (também localizado no tempo e no espaço). Este pode não ter nome e sobrenome, mas possui um perfil socioeconômico, escolar e cultural que influencia o momento da produção, e quando o texto chega a seus olhos (ou a seus ouvidos), uma interpretação/reescrita é realizada.

Autor e leitor são interlocutores. Pensar no sentido de uma obra, de um jornal, é tornar ativo os dois pólos da comunicação. É necessário ultrapassar a condição de autor sujeito e receptor como passivo, simplesmente depositário das ideias. No momento da

redação, o autor leva em consideração as condições possíveis de leitura (STIERLE, 2002, p. 128).

As condições de leitura dos receptores destes jornais do final dos Oitocentos foram compartilhadas pelos autores dos artigos. Conforme ressalta Roger Chartier, o texto chega às mãos do leitor (ou aos ouvidos) em uma circunstância específica, em um momento específico que influencia o “investimento afetivo e intelectual” feito na hora da leitura (1990, p. 70).

A escrita representa o campo do jogo entre locutor e destinatário (ISER, 2002, p. 107). O primeiro pretende uma intervenção direta na percepção do leitor, uma defesa de concepções de mundo. Porém, a interpretação é a área do pressuposto, do desejável, não sendo totalmente acessível à consciência do emissor. O texto possui seus vazios, que somente serão preenchidos no momento da leitura: momento da resposta. Assim, no circuito de comunicação estes dois momentos são distintos, articulados e ativos. O autor objetiva convencer, normatizar, mas seu produto tem as marcas do público potencial. Muito embora existam leituras preferenciais, estas podem tomar outro sentido.

O jornal é uma sucessão de números que fazem parte de uma coleção. Cada unidade é autônoma (a rigor, para ler o jornal de domingo, não preciso necessariamente ler o de sábado), porém mantém sua identidade a partir do nome do jornal. Ao mesmo tempo em que o diferencia dos demais em circulação, criando a alteridade, o nome tem a função de estabelecer a articulação entre os exemplares de uma dada coleção. Desta forma, apesar da independência entre as edições, existem marcas que atravessam o conjunto, quer sejam os logotipos, os anunciantes (e seus interesses), o estilo da redação, a exploração maior ou menor das imagens, a linguagem mais voltada para o público em geral ou segmento específico (MOUILLAUD, 2002: 85-98). Tais traços revelam características dos proprietários, redatores, anunciantes e estão intimamente ligados aos leitores potenciais destes periódicos.

A partir dos envolvidos na produção são criadas expectativas. Considerando as características do editorial, é firmado um tipo de pacto implícito com o leitor. Muito embora os exemplares sejam autônomos, os leitores e os demais jornais em circulação esperam uma forma específica de criar e exibir a notícia, o fato. Quando este acordo é quebrado, o público sente a mudança na linha de análise, dependendo do nível de alteração da abordagem, chega a ter um tom de traição, e é um momento em que as queixas aparecem nas redações (MOUILLAUD, 2002: 87).

A opção pela compra de um jornal liga-se à expectativa criada em torno de sua linha. Desta forma, os leitores da *Gazeta Nacional* esperavam uma determinada maneira de apresentar as questões polêmicas, envolvendo república e abolição, por exemplo, e até mesmo

tinham um horizonte das possíveis querelas travadas com outros periódicos, por exemplo com *O Brazil*, ligado ao Partido Conservador

Neste artigo, centramos a análise no discurso-fala, contudo isto não implica em excluir o receptor, pois os periódicos dialogavam entre si e a elaboração de seus textos passava pelo conhecimento das possibilidades de leitura de seus públicos. Ao mesmo tempo, os autores dos artigos eram também leitores das demais folhas. Estes jornalistas dialogavam intensamente, interferindo de maneira direta nas publicações de seus concorrentes³.

A capacidade dos jornais em contribuir na formação da opinião pública no final dos Oitocentos deve ser vista com cautela, pois atingia um grupo bastante seletivo em razão do quadro predominantemente iletrado da população. De qualquer forma, o processo de urbanização propiciou o aumento do número de leitores e não devemos menosprezar a circulação oral das ideias, facilitada pela leitura pública.

Mesmo os iletrados tinham contato com o teor das manchetes ao serem anunciadas pelos vendedores. Os textos publicados, seguramente, chegavam, por exemplo, aos segmentos populares, incluindo os escravos, através de comentários feitos por proprietários ao estabelecerem calorosas discussões em suas residências ou nos bondes (MOREL; BARROS, 2003, p. 96). A importância da circulação oral das ideias dos jornais através dos vendedores também era notada pelos contemporâneos: “O público hoje lê os jornais, o que é diferente, quer dizer, ouve essa multidão anônima de gritadores, que lhes dão sobre o mesmo assunto dez opiniões diametralmente opostas, que lhes contam os fatos de mil modos diversos” (*O Paiz*, 03/10/1884).

A circulação oral das ideias propiciaria releituras dos textos jornalísticos ao serem transmitidas a partir do entendimento de outros agentes. No período, os jornais tinham mais ouvintes que leitores, eram mais vistos que lidos (BARBOSA, 2000, p. 200). A rigor, predominava uma leitura de ouvido, favorecendo apropriações de segunda, terceira ordem.

Paralelo a esse quadro de difusão oral dos textos dos periódicos, as manifestações públicas com participação de jornalistas ou em redações de órgãos da imprensa fizeram com que os jornais, no início da década de oitenta, “ganhassem as ruas”. Desta forma, apesar da população ser predominantemente iletrada, os discursos jornalísticos circulavam na cidade do Rio de Janeiro (MACHADO, 1991, p. 17).

O sentimento de familiaridade e de cumplicidade, que os periódicos buscavam construir juntos aos leitores, tinha a função de criar uma identidade, um sentido de nós, que se distinguia de outras folhas, de outros posicionamentos frente às questões essenciais para a sociedade naquele momento. Nos festejos da abolição, por exemplo, quando a Comissão

Central da Imprensa organizava as comemorações, os moradores da rua da Constituição solicitaram que o cortejo passasse por aquela rua, pois atenderiam a um pedido da redação de *O Paiz* de decorar “brilantemente” suas residências. Ainda nos festejos do 13 de Maio, os operários da fábrica São Lourenço com uma banda pararam em frente à redação de *O Paiz* para saudar os jornalistas. Bocaiúva apareceu à janela para cumprimentar os populares (17/05/1888).

O jornal republicano a *Gazeta Nacional* fez parte da história da imprensa do período. Os textos que publicaram foram expressões do recebido do contexto histórico dos autores; e foram também “produto” porque representaram uma releitura e uma intenção de intervir na realidade social – defendendo a república ou a abolição –, de criar comportamentos, de formar a opinião. Sendo assim, constituíam mais um elo da cadeia complexa que foi a comunicação através da imprensa no final do oitocentos no Rio de Janeiro.

A *Gazeta Nacional* circulou de 03 de dezembro de 1887 a junho de 1888. Trazia por subtítulo *Órgão Republicano*, explicitando sua vinculação partidária. O valor avulso de cada exemplar era 40 réis. Com quatro páginas, era de circulação diária, não saindo somente na segunda-feira. A primeira sede foi na rua do Ourives, número 21, mudando em abril para a rua da Ajuda, número 23. As razões da mudança de endereço não foram explicitadas na folha, mas a partir de então, o jornal começou a pedir o apoio dos correligionários e da população do Rio de Janeiro. É provável que começasse a passar por dificuldade financeira. As colunas Boletim - Vida externa, Sessão Comercial, Folhetim e Carteira Política constituíram as seções permanentes, ficando, em geral, na segunda e terceira folhas. Na primeira página, estavam os artigos propriamente de divulgação da campanha abolicionista e da republicana. A última página era dedicada aos anúncios.

A *Gazeta Nacional* era conhecida e lida por expoentes contemporâneos ligados ao Partido Republicano. O jornalista paulista Rangel Pestana recomendou a leitura do artigo da *Gazeta* sobre as comemorações do 13 de Maio e reproduziu parte de seu conteúdo. Evaristo de Moraes, escrevendo suas memórias sobre o movimento republicano em 1936, destacou a presença da folha entre os republicanos da Corte. José do Patrocínio, com quem travou polêmicas, lastimou o fato dos republicanos permitirem que por problemas financeiros chegasse ao fim: “(...) Ainda não há seis meses esses mártires de hoje deixaram morrer à mingua a *Gazeta Nacional*, filha dos sacrifícios de um republicano, que tem tanto de exaltado quanto de leal a suas ideias” (*Cidade do Rio*, 14/09/1888).

A *Gazeta Nacional* enfatizava que a futura reconstrução da história da escravidão no Brasil deveria ser realizada através dos jornais, pois estes davam publicidade aos documentos



e fatos essenciais. No período próximo à Lei Áurea, os homens que fizeram a imprensa estavam atentos à imagem, aos documentos que seriam difundidos sobre o processo de abolição da escravatura e seus agentes (escravos, abolicionistas, princesa Isabel, os partidos políticos). Assim, encontramos afirmações como “O historiador dessa enorme crise social e econômica terá de registrar essa pureza de intenções (...)” ou “Dois fatos culminantes, indicam no presente e podem atestar no futuro, a fisionomia característica da evolução abolicionista (...)” feitas no dia 29 de abril de 1888. Ou seja, a folha explicitava sua preocupação com a visão sobre o 13 de Maio que seria elaborada tanto pelos contemporâneos quanto pelos homens do futuro, neste caso, destacava o papel do historiador.

O advogado Aristides Lobo, liderança republicana na Corte, foi inicialmente o redator da *Gazeta Nacional*. Ele ingressou no partido republicano na primeira hora, sendo um dos signatários do Manifesto Republicano. Após o 15 de Novembro, foi integrante da Primeira Constituinte na condição de representante do Distrito Federal e senador de 1892 a 1896, ano de seu falecimento. Envolveu-se com as duas causas que agitavam o período, pois participou também da Confederação Abolicionista. É considerado pela historiografia como representante da ala mais radical do movimento republicano no Rio de Janeiro, demonstrando inquietude com a não participação do povo no momento da Proclamação da República (NEVES, 2003, p.34-35).

Além de Aristides Lobo, outros expoentes do Partido Republicano do Rio de Janeiro estavam presentes na redação. JJ Pernambuco, Mathias de Carvalho e Ubaldino do Amaral, que foi membro da comissão executiva do Partido Republicano quando Bocaiúva foi o chefe nacional do Partido (MORAES, 1985, p. 19). Em março, Lobo deixou a redação da folha e foi para São Paulo atuar no *Diário Popular*. A linha editorial do periódico não mudou, passando a figurar em seus créditos somente a direção de J.J. Pernambuco. Mathias de Carvalho representou a *Gazeta* nos festejos promovidos pela imprensa na Corte em razão do 13 de Maio.

A *Gazeta Nacional* nasceu republicana e abolicionista. Defendeu a abolição imediata, porém não assumiu posições firmes em relação à indenização. A rigor, não se dedicava à temática. A ausência é significativa, pois a omissão também fala. Acreditamos que a postura dúbia, indefinida, era uma forma de não provocar descontentamento a fazendeiros, que ainda poderiam vir para as fileiras da república. Após a abolição, o não enfrentamento desta discussão abria possibilidades de atrair os possíveis descontentes com a assinatura da Lei Áurea: “A nossa conduta é clara e definida, obedece as leis fixas e cientificamente

estabelecidas e é conhecida de todo o país: queremos a abolição imediata e incondicional” (01/04/1888). O tema da indenização não era colocado em pauta pela folha.

O historiador Robert Daibert Júnior analisou a constituição de uma imagem de redentora da princesa Isabel (2004). Reforçou o quanto a produção e reprodução desta concepção entre os grupos defensores da monarquia tinha por objetivo construir alicerces para um possível Terceiro Reinado. Conforme citação anterior da *Cidade do Rio*, a abolição implicava em “novas armas em prol” da família de Bragança.

Para Daibert, a princesa Isabel procurava justificar suas atitudes contrárias à escravidão como concessão de alforrias, apoio a escravos fugitivos e a extinção total como atos, antes de tudo, de caráter cristão e católico, de acordo com os princípios com a Igreja romanizada. Segundo as palavras da regente: “Fui alertada de que o ato não era político. Mas (...) a agitação entre os escravos era crescente. Leão XIII me pressionava e como poderia eu, batizada e livre, suportar que meus irmãos em Jesus Cristo continuassem escravos, enquanto podia contar apenas comigo para libertá-lo” (citado em DAIBERT JÚNIOR, 2012, p. 24).

A fala da princesa Isabel ressaltava a benevolência de seu ato, pois afinal os cativos podiam contar apenas com a regente e também o importante papel da Igreja Católica com a pressão exercida pelo Papa. Porém, neste discurso outro elemento aparece como impulsionador do 13 de Maio, a saber, “a agitação crescente entre os escravos”. A participação ativa dos cativos no processo que levou a alforria total foi apresentada pela própria princesa. Ou seja, os escravos podiam contar com outras estratégias para o alcance da liberdade.

A historiografia tem destacado os mecanismos individuais e coletivos dos escravos no alcance da abolição (AZEVEDO, 1997; CHALHOUB, 1990; MACHADO, 1994; MATTOS, 1998; PESSANHA, 2005; SILVA, 2003). Contudo, ainda é sustentado que na versão dos contemporâneos os cativos foram passivos no processo, dependendo da ação benevolente da princesa Isabel ou dos abolicionistas (AZEVEDO, 2004, p. 92; DAIBERT JÚNIOR, 2004, p.21).

A *Gazeta Nacional* antes da Lei Áurea ofereceu ênfase à fuga dos escravos, noticiando suas ações. Neste momento, procurava convencer aos proprietários que deveriam fazer a abolição antes que as fugas coletivas, as paralisações em massa comprometessem a produtividade da lavoura. A folha fazia questão de frisar que o movimento dos cativos ocorria em total ordem, sem convulsionar ou causar perigo à sociedade. Em 24 de dezembro de 1887, publicava:



A previsão de todos em face do inevitável epílogo da escravidão, sempre foi, que tivéssemos os episódios trágicos praticados pelos escravos em presença de qualquer ato dos senhores. Um dos fantasmas temerosos com que o escravismo assombrava os ânimos, era da insurreição com todos os seus horrores.

Entretanto, vimos o surpreendente e admirável exemplo de placidez e cordura dado pelos fugitivos de Capivari e Itu ao transporem por grupos compactos as cidades e povoados do interior de São Paulo.

Com justa razão, recordou o Clube Militar, em mensagem à regente, que semelhante correção de conduta seria difícil de obter em tropas arregimentadas e sujeitas às regras de disciplina.

Essa gente, que fugiu em busca da liberdade, (...) não exerceu em sua marcha a menor vindicta, e a mais insignificante depreensão.

O aspecto ativo da participação dos escravos estava associada fundamentalmente ao movimento de retirada das fazendas de São Paulo. Assim, encontramos a afirmação em 06 de janeiro de 1888 “(...) A escravidão já não existe, pois não havia lei que garantisse a permanência dos escravos nas fazendas, desde que eles não quisessem mais aí ficar. No dia em que o escravo não quiser mais trabalhar, não trabalha”. Ou seja, na construção discursiva da *Gazeta Nacional*, o cativo era elevado à condição de elemento chave no processo que desencadeou no 13 de Maio.

Em 29 de abril de 1888, abordando as ações dos escravos em São Paulo, a *Gazeta Nacional* também destacava o espírito ordeiro e disciplinado. Não reconhecendo que a fuga em si gerava instabilidade nos segmentos proprietários. Da mesma forma, enfatizava a gratidão do liberto ao se recusar em receber salário em Nova Friburgo:

Dois fatos culminantes, indicam no presente e podem atestar no futuro, a fisionomia característica da evolução abolicionista: a passagem dos foragidos de Mogi Mirim pela cidade de Itu, abandonado de todo o auxílio e entregue ao maior pavor; e a fidalga generosidade dos libertos da fazenda do Barão de Nova Friburgo, recusando salário para a colheita fluminense.

Entre esses fatos capitais, motivo de meditação para os espíritos superiores, muitos outros incidentes comprovam a índole admiravelmente pacata e refletida do escravizado brasileiro.

Aqueles dois acontecimentos, o primeiro realmente épico, pois que nem de gente polida e independente se poderia esperar tanta cordura, tanto acerto ao jornadasear perseguido por meio da população aterrorada e sem defesa, sem que dos emigrantes partisse um grito injurioso, uma violência, um arranque de cobiça, ódio ou luxúria, constata a nobreza dos impulsionadores do movimento, revoltados que apenas justavam com a palavra e a pena.

O discurso acima tinha a função de fortalecer a lógica paternalista presente no Brasil escravista. O senhor deveria oferecer a liberdade antes que o escravo a conquistasse ou antes da ação do Estado. O objetivo era manter os vínculos entre o liberto e seu antigo proprietário através do sentimento de gratidão. Por outro lado, a representação das fugas dos escravos como placidez e cordura buscava acalmar uma sociedade tensa com a questão do elemento servil. Os escravos mesmo em fuga não eram perigosos. Naquele contexto, o ideal era a

manumissão concedida o quanto antes pelo próprio senhor, pois afinal as notícias de fuga, de paralisações só aumentavam.

Outro argumento da *Gazeta Nacional* para que o proprietário antecipasse a alforria era o aumento do número de libertos em função da ação dos abolicionistas que angariavam recursos para compra da liberdade. A preocupação com a quebra dos vínculos de gratidão entre senhores e cativos, portanto, foi uma marca dos artigos. Os fazendeiros que concediam a manumissão eram parabenizados e seus nomes constavam na primeira página.

No pós-abolição, o escravo também aparece nos textos da *Gazeta Nacional*, porém com o objetivo de enfraquecer a imagem de redentora da Isabel e fragilizar uma base de consolidação do Terceiro Reinado. A princesa somente correspondeu a uma ação na prática na realizada pelo povo, citando a *Gazeta de Campinas*:

Homens de estado e princesa, apenas capitularam ante a vitória popular, que já fizera a abolição de fato, por meio dos escravos, que abandonavam pacífica e energicamente o cativo (grifo nosso). Homens de estado e princesa não podiam deixar de ser abolicionistas, quando o povo e o ex-escravizado lhes impunham a abolição, sancionada pelo exército, que declarava em alto e bom som, por intermédio do general Deodoro, não se prestar ao trabalho infame de pegar negros fugidos (25/05/1888).

A leitura da *Gazeta Nacional* foi oposta a apresentada pela *Cidade do Rio* em 14 de setembro de 1888:

O que fez a princesa regente? Ainda sob o Ministério Cotegipe, ela, a santa, a meiga Mãe dos Cativos, dava à propaganda abolicionista tudo quanto podia: as abundâncias de piedade de seu coração. Seus filhos, os pequenos príncipes, nos seus jornaizinhos glorificavam a propaganda abolicionista, enquanto ela, a princesa, debaixo de chuva e aos estampidos do trovão esmolava pelos cativos, e quando voltava ao palácio repartia um pedaço de seu manto de rainha com os escravos foragidos, que iam implorar-lhe proteção.

Para a *Gazeta Nacional* na construção da memória da abolição, a participação do povo, principalmente do escravo, deveria ser destacada pelos historiadores. A própria lógica de elaboração do argumento já demonstrava o quanto esta folha republicana estava preocupada em consolidar, nos momentos próximos à assinatura da Lei Áurea e em projetar para o futuro, uma imagem do processo abolicionista que minasse as bases do Terceiro Reinado, ao oferecer destaque a atuação dos cativos.

Este argumento foi possível porque, segundo a fala da própria regente, “a agitação era crescente”. Desta forma, a insistência na ação dos escravos era corroborada por um cenário em que leitores e autores observaram as estratégias cotidianas dos cativos no alcance da alforria. As versões contemporâneas sobre os agentes da abolição eram, portanto,

múltiplas. A opção por oferecer relevo à princesa Isabel ou à luta dos cativos coadunava-se com a defesa do Terceiro Reinado ou da república.

Referências Bibliográficas

Fontes

- Jornais

Gazeta Nacional – 24/12/1887; 07/03/1888; 01/04/1888; 29/04/1888; 25/05/1888; 06/01/1888

Cidade do Rio – 06/07/1888; 23/07/1888; 14/09/1888

O Paiz – 03/10/1884; 17/05/1888

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. O negro no imaginário das elites. Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

----. 13 de Maio e Anti-Racismo in **Anti-racismo e seus paradoxos**. Reflexões sobre cota racial, raça e racismo. São Paulo: Annablume, 2004.

BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio**. Imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vícios de Leitura, 2000.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a elite política imperial; **Teatro das sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Relume-Dumará, 1996.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

DAIBERT JÚNIOR, Robert. **Isabel, a Redentora dos Escravos**. Uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1888). Bauru, SP: EDUCS, 2004.

-----. Entre o trono e o altar. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, n. 80, ano 7, 2012.

ISER, Wolfgang. O jogo do texto In: LIMA, Luiz Costa. **A literatura e o leitor**. Textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados**: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, mimeo, 1991.

MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, São Paulo: EDUSP, 1994.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MORAES, Evaristo. **Da monarquia para a república (1870-1889)**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

MOREL, Marco, BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder**. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOUILLAUD, Maurice. O nome do jornal In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.) **O jornal**. Da forma ao sentido. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX” in FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília (orgs) **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1940. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PESSANHA, Andréa Santos. **Da abolição da escravatura à abolição da miséria**. A vida e as idéias de André Rebouças. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

----. **O Paiz e a Gazeta Nacional**: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro. 1884-1888. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

----. Memória e missão: *O Paiz e Gazeta Nacional*. Imprensa do Rio de Janeiro (1884-1888).

Revista Tempos Históricos, vol. 14, n.2, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retratos em branco e negro**: jornais e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura**. Uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

STIERLE, Karlheinz. Que significa a recepção dos textos ficcionais? In: LIMA, Luiz da Costa (org.). **A literatura e o leitor**. Textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Notas

¹ Para as dimensões deste trabalho, não compete uma discussão específica sobre as divergências entre republicanos do Rio de Janeiro em torno da abolição. Para um aprofundamento da temática, verificar MACHADO, 1991, p. 39-119).

² Encontramos parte das ideias aqui apresentadas em PESSANHA (2010). Esta produção realiza um estudo específico sobre a utilização da imprensa como fonte ou como objeto pelos historiadores e as possibilidades de análises das narrativas a partir da concepção do autor/leitor imbricados no texto.

³ Como analisamos os textos publicados nos jornais, o fato de ser escrito originalmente para outra folha não compromete o estudo. Ao reproduzir um artigo, o periódico endossava o conteúdo, sua construção discursiva.